

SEGUNDO TURNO

Direito de greve deve ser votado hoje

por Adriana Vera e Silva de Brasília

O direito de greve deverá ser a primeira questão votada na sessão de hoje à tarde na Assembleia Nacional Constituinte. Não existe acordo sobre o tema, mas os líderes dos partidos vão-se reunir pela manhã num último esforço de conciliação. Ontem, não houve quórum para votação e os líderes partidários usaram o dia para negociar acordos sobre os temas polêmicos.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, não se queixou da falta de quórum verificada ontem — havia apenas 220 constituintes presentes ao plenário, 60 a menos do que o mínimo necessário para que seja realizada a votação.

"Hoje, sendo segunda-feira, que é um dia compreensível, nós quase atingimos o quórum. Amanhã, certamente teremos uma boa presença no plenário", disse o deputado ao final da sessão, que durou 20 minutos. Para apressar a conclusão do segundo turno de votação da Constituinte, Ulysses Guimarães convocou ontem sessões contínuas a partir do próximo dia 25.

"Vamos votar à tarde e até à noite entre os dias 25 e 29", afirmou. Este calendário, que inclui o final de semana nos dias 27 e 28 próximos, servirá para que, "no máximo em 20 dias, a contar do dia 25, tenhamos concluída a nova Constitui-

Presidente do STF vê avanços

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Rafael Mayer, afirmou que as chamadas conquistas sociais inseridas na nova Constituição representam um avanço cauteloso. Ele não crê que "haja nada de tão exagerado que possa pôr em perigo o País", lembrando que as declarações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (segundo as quais a nova legislação poderá agravar os problemas sociais no País) foram feitas em caráter pessoal, sem envolver posições dos demais ministros.

Em relação ao tratamento dado pelos constituintes ao Poder Judiciário, o presidente do STF disse que a nova Carta

traz modificações "de certa profundidade", destacando que "não foi alcançado o patamar ideal para a modernização do Judiciário". Rafael Mayer salientou, no entanto, que o STF foi resguardado substancialmente na sua estrutura, tornando-se predominantemente uma corte constitucional, que terá "uma importância considerável no sentido de aplicar e dar eficácia à nova Constituição".

Segundo a Radiobrás, o presidente do STF comentou que o trabalho dos constituintes tem legitimidade, porque eles foram escolhidos pela população em eleições diretas. O novo documento deverá ser competente e expressar a



Rafael Mayer

vontade do povo, destacou Rafael Mayer, que prestará juramento à nova Carta depois de sua promulgação, ao lado do presidente da República.

ção", previu Ulysses Guimarães.

Ele refutou questões a respeito da possível falta de quórum num fim de semana e argumentou que os constituintes envolvidos nas eleições municipais de novembro têm interesse em apressar a promulgação da nova Carta. "Os parlamentares, assim que estiverem desobrigados de sua função maior, que é o trabalho na Constituinte, poderão dedicar-se às eleições municipais", raciocinou.

ACORDOS

Os líderes dos partidos com representação na Assembleia Nacional Constituinte fecharam ontem

acordos sobre seis capítulos da nova Constituição, referentes aos direitos dos trabalhadores, à nacionalidade, aos direitos políticos, à organização dos partidos políticos e à organização do Estado.

Não houve consenso sobre pelo menos dois pontos dos direitos trabalhistas: o direito de greve e a proibição da demissão de dirigentes sindicais.

Existem várias emendas para suprimir o direito de os trabalhadores decidirem a ocasião e as causas das greves. Elas não têm grandes chances de serem aprovadas, porque os partidos de esquerda, o PSDB e a maior bancada da Consti-

tuinte, a do PMDB, estão unidos na manutenção do texto aprovado no primeiro turno, que determina: "E assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio dele defender".

Para o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), líder do grupo conservador "Centrão", se o texto for mantido como está "a confusão será tão grande que os tribunais vão usar a atual lei de greve para julgar as paralisações".

Ponte é o autor da única emenda supressiva do artigo que proíbe a demissão de dirigentes sindicais. Ele

quer retirar esta proteção para os candidatos à representação sindical e aos diretores sindicais suplentes. "Como, pela nova Carta, é livre a organização sindical, cada sindicato poderá ter um número muito grande de dirigentes. E todos eles ficariam isentos de demissão", argumentou o líder do "Centrão".

Também não existe acordo sobre o direito opcional de voto para os maiores de 16 e menores de 18 anos. Para que este artigo seja suprimido da nova Constituição será preciso somar 280 votos. A posição do PMDB — fator decisivo nas votações — é indefinida. O líder do partido na Constituinte, deputado Nelson Jobim, declarou-se favorável à manutenção do texto, mas deixará sua bancada "livre para votar como quiser".

Nos capítulos sobre a nacionalidade e os direitos políticos foram fechados três acordos estabelecendo que os brasileiros naturalizados poderão se eleger ministros de Estado; não haverá veto popular (tópico considerado indefinido pelos líderes) e a definição das condições em que os parentes de políticos poderão se candidatar a cargos eletivos.

Pelo acordo, será instituído nas Disposições Transitorias da nova Carta um artigo dando aos atuais constituintes o direito de se candidatarem a prefeituras, nas eleições de novembro, mesmo sendo parentes de prefeitos.

Na parte permanente da nova Constituição, esta possibilidade ficará suprimida, mas só estarão proibidos de se candidatar os parentes de prefeitos, governadores ou do presidente da República que estiverem cumprindo mandato. No texto aprovado em primeiro turno, a proibição se estendia aos parentes que tivessem cumprido mais da metade do mandato.

Alguns constituintes admitiram ontem que a abertura para os parlamentares nas próximas eleições de novembro "foi um pequeno casuismo".

Não foi fechado acordo sobre as condições em que os militares poderão se candidatar. Hoje, o estatuto dos militares estabelece o prazo de 10 anos de carreira para que um militar possa se licenciar e concorrer a eleições. Ontem, foi feito um acordo diminuindo este prazo para cinco anos.

Dois assessores do Exército que atuam na Constituinte se dirigiram aos líderes pedindo o fim do acordo. "As Forças Armadas investem muito na formação de seus membros. Os cursos duram, em geral, quatro anos. Com este prazo de cinco anos, assim que o militar começar a atuar, já poderá se afastar do cargo para se candidatar", argumentaram os assessores. Os líderes partidários aceitaram seu pedido e adiaram a discussão.

Governo pode ser obrigado a mudar política

por Verônica Couto do Rio

A nova política industrial, que prevê incentivos fiscais a projetos de desenvolvimento tecnológico, independente da origem do capital beneficiado, poderá ser alterada, no caso de a assembleia Nacional Constituinte manter o conceito de empresa nacional, já aprovado no primeiro turno de votações. A avaliação é do secretário-geral-adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia, Fábio Stefano Erber, ressaltando a soberania da Constituinte sobre os demais instrumentos reguladores da economia.

A decisão do governo em estender os incentivos fiscais da política industrial a empresas estrangeiras baseou-se em razões eminentemente "políticas", segundo Erber, e não prejudicará o setor de informática submetido à reserva de mercado, regido exclusivamente pela Lei nº 7.232/84, que regulamentou a política nacional de informática. "O papel do investimento estrangeiro em ciência e tecnologia em países como o Brasil vem sendo debatido há muito tempo, com muitas opiniões conflitantes. Houve uma posição dos ministros, neste sentido, e foi uma decisão política", disse.

O secretário do MCT, que participou da elaboração do projeto da nova política industrial, lembrou que os resultados previstos nos programas de integração setorial só virão efetivamente se para eles convergirem o poder de compra do governo, financiamentos em condições razoáveis e demais instrumentos de apoio aos segmentos industriais. Nesse caso, o objetivo é resolver dificuldades estruturais de alguns setores, como o de eletroeletrônica, que se debate com várias políticas internas não convergentes e bastante distintas, como a aplicada para os bens de entretenimento e para os produtos de informática.

"Os programas buscam unir todas as indústrias que estão estruturadas com uma base técnica comum e somar os esforços de apoio tecnológico e formação de recursos humanos", explicou.

AGENDA

Ontem

• **NEGOCIAÇÕES** — Não houve quórum para votação ontem. Os líderes dos partidos se reuniram à tarde e à noite para negociar acordos sobre os temas polêmicos. Não houve consenso sobre o direito de greve e o voto aos desesseis anos. A negociação se estendeu até o título que trata da organização do Estado.

Hoje

• **VOTAÇÃO** — Está marcada sessão de votação a partir das 13h30 de hoje. Se houver quórum, o direito de greve será o primeiro tema votado. Pela manhã, os líderes partidários devem reunir-se para tentar fazer acordos sobre esse tema e outras questões.